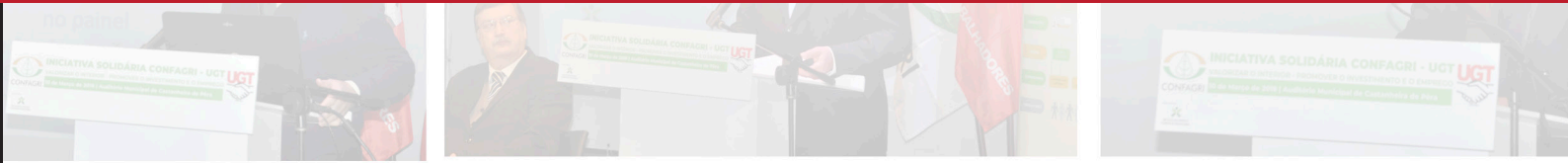


INFO UGT

Director Carlos Silva | Directora Adjunta Lucinda Dâmaso | Bimestral | ano 2018 | nº 5 | Edição : Fevereiro e Março



UGT e CONFAGRI

SOLIDARIEDADE COM O INTERIOR DO PAÍS

Página 4 e 6



SECRETARIADO NACIONAL

À CONCERTAÇÃO SOCIAL O QUE É DA CONCERTAÇÃO SOCIAL

Páginas 9 e 10

UGT NO TERRENO

UGT AO LADO DA POPULAÇÃO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

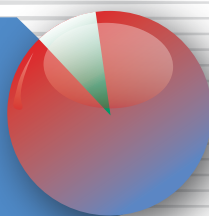
Página 7



EDIÇÃO ONLINE

FAÇA DOWNLOAD DA REVISTA EM www.ugt.pt

CEFOSAP



CENTRO DE FORMAÇÃO SINDICAL
E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

20 anos de formação em todo o País

UFCD - Unidades Formação Curta Duração



Centros Qualifica



Formação Contínua - Certificado Aptidão para Motoristas



Cooperação



E - Learning



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

WWW.CEFOSAP.PT

LISBOA - SERVIÇOS CENTRAIS - Rua Vitorino Nemésio, 5 1750-306 Lisboa Telefone: 218 626 040 Fax: 218 626 041 e-mail: geral@cefosap.pt

DELEGAÇÃO DO PORTO - Avenida Rodrigues de Freitas, 150 4000-416 Porto Telefone: 225 101 472 Fax: 225 188 890 e-mail: servicos.porto@cefosap.pt

PÓLO DE AVEIRO - Rua Combatentes Grande Guerra, 81 - 2º Fracção P 3810-087 Aveiro Telefone: 234 425 714 Fax: 234 423 497 e-mail: servicos.aveiro@cefosap.pt

PÓLO DE PORTALEGRE - Rua de Olivença, nº 33 - 2º 7300 - 149 Portalegre Telefone: 245 202 651 / 245 328 294 Fax: 245 203 165 e-mail: servicos.portalegre@cefosap.pt

PÓLO DE VISEU - Avenida Infante D. Henrique, nº 42 3510 - 070 Viseu Telefone: 232 467 100 Fax: 232 467 109 e-mail: servicos.viseu@cefosap.pt

PÓLO DE COIMBRA - Avenida Fernão de Magalhães, 476 3000 - 173 Coimbra Telefone: 239 151 082 Fax: 239 854 889 e-mail: servicos.coimbra@cefosap.pt



Lina Lopes
Presidente da Comissão de Mulheres

"(...) assegurar maior igualdade entre homens e mulheres significa aprofundar a liberdade de mulheres e de homens num país democrático. Mais oportunidades para as mulheres traduz-se em mais liberdade para a sociedade."

ÍNDICE

UGT

UGT e CONFAGRI promovem debate sobre a interioridade | 4 a 6

UGT ao lado da população de Oliveira do Hospital | 7

À Concertação Social o que é da Concertação Social | 9 e 10

Internacional

A Economia delas é diferente da deles | 11

Jurídico

Assédio no Trabalho: Que enquadramento jurídico? | 12

Sindicalismo

Notícias Sindicatos | 13 a 19

Notícias Uniões | 20

Agenda | 21

Comemora-se este ano os 40 anos do nascimento da UGT. No II Congresso da UGT, realizado em fevereiro de 1981, no documento da política reivindicativa, foi considerado que a “discriminação afetava a mulher trabalhadora, que era a maior vítima do desemprego, assim a UGT propôs duas linhas de orientação: lutar pela plena igualdade no emprego e lutar pelo alargamento da participação das mulheres na vida sindical”¹.

No IV Congresso da UGT, em 1988, é consagrada estatutariamente a Comissão de Mulheres da UGT.

A Comissão de Mulheres da UGT tem uma história de 30 anos. Dessa história apenas faço parte, como Presidente da Comissão de Mulheres da UGT, nos últimos 5 anos.

Considero que assegurar maior igualdade entre homens e mulheres significa aprofundar a liberdade de mulheres e de homens num país democrático. Mais oportunidades para as mulheres traduz-se em mais liberdade para a sociedade.

As mulheres são a maioria da população, as mulheres são a maioria da população mais qualificada. Mas são as mulheres que mais sofrem discriminações no mundo laboral. Por exemplo, a diferença salarial é persistente. As mulheres ganham em média menos 20% que os homens. A conciliação da vida profissional, familiar e privada, as diferenças de oportunidades no acesso a lugares de topo e decisão nas empresas e nas instituições são duas manifestações flagrantes da desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Outra desigualdade preocupante é o facto de serem as mulheres idosas que têm as pensões mais baixas.

A Comissão de Mulheres da UGT pretende dar resposta ao problema da desigualdade de género, um problema simultaneamente atual e antigo da nossa sociedade.

Enquanto Presidente da Comissão de Mulheres da UGT, acredito que quanto mais estruturas sindicais com paridade, mais mulheres sindicalistas, mais Comissões de Igualdade nos sindicatos e maior número de mulheres nas mesas negociais existirem, mais oportunidades serão conquistadas para as mulheres e, em consequência, mais livre e democrática será a sociedade.

Por isso, desafio todos os sindicatos da UGT a juntarem-se à luta da Comissão de Mulheres da UGT por um planeta 50/50 até 2030, grande desígnio da ONU e um passo decisivo pela igualdade de género, também no sindicalismo •

FICHA TÉCNICA

Propriedade:
União Geral de Trabalhadores - NIF 501 093 982

Diretor: Carlos Silva

Diretora-Adjunta: Lucinda Dâmaso

Editor: Lúcia Macau

Redação: Inês Possante, Nuno Correia, Soraia Duarte, Vanda Fonseca

Grafismo e Paginação: Renato Nunes

Sede, Redação e Produção:

Rua Vitorino Nemésio, nº5 - 1750-306 Lisboa

tel. 213 931 200 | fax. 213 974 612

Correio eletrónico: geral@ugt.pt

Periodicidade: Bimestral

Registado da ERC: nº 126952

A publicidade publicada e/ou inserta em INFO UGT é da total responsabilidade dos anunciantes



CASTANHEIRA DE PÊRA

UGT e CONFAGRI promovem debate sobre a interioridade

texto Lúcia Macau

foto Renato Nunes

O auditório municipal de Castanheira de Pêra foi o local escolhido pelas duas organizações parceiras nesta iniciativa (UGT e CONFAGRI), no dia 10 de Março para receber a conferência solidária que abordou o tema “Valorizar o Interior - Promover o Investimento e o Emprego”.

Além dos autarcas das regiões circundantes, esta iniciativa teve ainda como convidados um leque de conferencistas que abrangeram os ministros da tutela da Agricultura e do Ambiente, o Secretário de Estado

do Emprego e vários agentes sociais responsáveis pela dinamização do apoio aos territórios rurais atingidos pelos incêndios de 2017, da administração local, bem como as preocupações relativamente à perda de centenas de postos de trabalho em várias empresas da região, afetadas pelos incêndios de outubro de 2017.

A Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra, Alda Carvalho, deu as boas-vindas a uma sala repleta e no seu discurso saudou esta iniciativa conjunta que, no seu entender, servirá para dar visibilidade a uma região profundamente devastada e para aproximar os decisores políticos da realidade destes territórios. No seu discurso, a autarca elencou algumas das prioridades do município para a região afirmando que se “pretende transformar Castanheira de Pêra num modelo de práticas demonstrativas do que deve ser a floresta e o mundo rural nas áreas de baixa densidade, tornando o nosso concelho num caso de estudo”. Alda Carvalho exortou o Governo à “criação de um projecto-piloto de inovação, como referência e inspiração nacional”.

Por fim, manifestou ainda a sua preocupação relativamente à possibilidade de incumprimento das metas impostas pela legislação inerente à limpeza das florestas, devido à falta de meios técnicos e humanos.

Em seguida tomou a palavra o Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, que começou por reafirmar que o envolvimento da central sindical nas questões do interior, da valorização das regiões de baixa densidade, da empregabilidade e do investimento, se prendem com o facto de em todas estas questões existirem pessoas, e “onde as pessoas estiverem, a UGT estará envolvida”. Para o líder da UGT, o interior tem de ser olhado de outra forma para que a capação de investimento, a fixação de empresas e de populações seja uma realidade. “Este deve ser um desígnio nacional”: o combate às desigualdades demográficas, económicas e sociais que afectam estes territórios,” concluiu.

Depois, o comendador Manuel dos Santos Gomes, Presidente da CONFAGRI, destacou o apoio dado pela sua organização e pelas suas associadas às zonas destruídas pelos





incêndios. Nas suas palavras, a CONFAGRI espera que “os membros do Governo depois de ouvidas as populações e as autoridades locais, tenham o discernimento e as políticas para atalhar à dramática situação existente”. O comendador defendeu que já existem “condições para se fazer um balanço das medidas tomadas, a respectiva eficácia e as correcções necessárias de modo a se tomarem novas e ajustadas iniciativas”. A fechar disse que “há necessidade de continuar com medidas de apoio às populações, empresas e organizações, pois só assim haverá condições para o desenvolvimento económico e criação de emprego”.

A sessão de abertura contou ainda com a presença do Secretário de Estado do Emprego, Miguel Cabrita que no seu discurso elogiou a iniciativa das duas organizações, salientando a tónica dada e que coloca a questão em dois planos fundamentais, por um lado a necessidade de responder às situações das vítimas e dos territórios afectados e por outro, uma respostas estrutural, que remete para o papel do investimento e do emprego na revitalização do interior, nas zonas de baixa densidade. O membro do executivo destacou que perante uma sociedade portuguesa profundamente desigual, quer nas questões salariais, nas qualificações, mas também resultado de um processo de modernização e desenvolvimento acentuado, levou a que se criasse também um fosso acentuado entre as cidades e o mundo rural.

Perante todos estes fatores de desequilíbrios territoriais, com consequente perda de massa crítica, de atratividade, de capital e investimento, a solução passa por “convocar uma intervenção pública às assimetrias regionais do País”. “Sem políticas públicas direccionadas para estes territórios e para

resolver estas graves assimetrias não conseguiremos fazer face a estas dificuldades”.

Coube ao Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos, fechar a sessão de abertura e cuja intervenção versou sobre as medidas tomadas pelo Executivo, desde de medidas legislativas, a programas e concursos destinados à revitalização das zonas afectadas pela catástrofe dos incêndios de 2017. O ministro da tutela anunciou que o seu ministério encerrou na sexta-feira o pagamento aos agricultores afectados pelos grandes incêndios de 2017. “Foi um esforço gigantesco que envolve mais de 24 mil agricultores e para os quais há um apoio financeiro que ascende a 88 milhões de euros”, salientou o governante.

Segundo Capoulas Santos, o Ministério da Agricultura encerrou o processo de pagamento aos agricultores afectados pelos incêndios de junho e outubro na região Centro com prejuízos até cinco mil euros, que tinham recebido até ao final o ano 75% do apoio concedido.

“Reservámos o restante do pagamento [25%] após a verificação dos controlos, infelizmente as irregularidades detetadas foram poucas, cerca de 800”, disse o ministro.

Os 900 projetos de maior dimensão, que vão dos cinco mil até aos 800 mil euros, serão pagos contra a comprovação dos investimentos, adiantou o governante.

Além disso, Capoulas Santos revelou que os planos regionais de ordenamento florestal, criados no âmbito da Reforma Florestal lançada pelo Governo, devem estar concluídos até ao final de Junho. O governante sublinhou que, até 2020, todos os municípios vão ter de incluir nos Planos Directores Municipais (PDM) aquela “componente florestal”.

“As regras para instalar uma floresta passam ser iguais às que agora existem para instalar es-

paços urbanos. O mosaico florestal em cada município deve respeitar as regras dos planos regionais de ordenamento florestal”, explicou.

“O ordenamento florestal é uma parte importante da Reforma da Floresta que está em vigor. O nosso principal problema é a falta de gestão, ordenamento e de regras de como a floresta deve estar instalada”, disse o ministro da Agricultura.

Seguiu-se o primeiro painel de oradores que abriu com a participação do conferencista convidado, o professor Arlindo Cunha. Na sua intervenção o antigo ministro da Agricultura considerou que o interior do País está numa situação gravíssima, decorrente dos desequilíbrios demográficos e da desertificação que ocorreu ao longo dos anos nestes territórios.

Segundo Arlindo Cunha, entre os problemas que afectam o interior, destacam-se a disparidade de rendimento e de oportunidades [face ao litoral], “uma catástrofe demográfica anunciada”, a desertificação dos territórios e a “morte do património rural”. “Quando os territórios não têm peso nem economia, as debilidades vêm ao de cima”, frisou.

Para o antigo ministro, os vários governos foram reduzindo também os serviços públicos nas regiões do interior. Neste contexto, e face a esta situação, o catedrático defendeu para os territórios do interior e para as áreas ardidas, políticas de discriminação positiva.

O mesmo painel teve como comentador o ex-Presidente do Conselho Económico e Social, Silva Peneda, que na sua intervenção defendeu a necessidade de se pensar nas políticas a aplicar e na escolha de opções para o desenvolvimento territorial.

“Portugal não tem uma estratégia territorial. Os três grandes problemas de Portugal são a dívida, a demografia e as desigualdades”, considerou Silva Peneda. Para resolver estes problemas, sublinhou a solução é “um amplo consenso político”.

Também os restantes comentadores, Valdemar Alves, Presidente da Câmara Municipal de Pedrogão Grande, e o técnico da CONFAGRI,



Cláudio Heitor, alertaram, por um lado, para a necessidade de uma continuidade de apoio das políticas públicas a estes territórios e, por outro lado, a desburocratização de procedimentos de modo a uma maior celeridade nos processos e tomadas de decisão.

A manhã terminou com a intervenção do ministro da Economia, Caldeira Cabral, que considerou que o interior é um espaço para grandes projectos de investimento, colocando de parte a ideia de que esta parte do país não tem soluções."

"O interior não tem de ser uma região sem prosperidade e há espaço para investimentos nas novas indústrias, como nas áreas mais tradicionais, como é o caso da agricultura", sublinhou o governante.

O ministro da Economia apresentou vários exemplos de investimentos realizados em diversos sectores, considerando que "no interior há espaço para grandes projectos em sectores e áreas mais sofisticadas, que estão a acontecer".

Salientando que o interior "não é uma região menos capaz", Caldeira Cabral considerou que, pelo contrário, é uma zona com "muitas soluções e que tem mostrado que é muito competitiva", apontando também o crescimento registado no turismo.

A tarde começou com a intervenção do Ministro do Ambiente, João Matos Fernandes. No seu discurso, destacou que não se poderá escolher em "proteger o ambiente ou a economia. A economia será protegida e prosperará, se o ambiente for protegido e prosperar". Para o governante

"as políticas ambientais são os únicos impulsores da transformação social e económica" e acrescentou que "as asneiras que se fizeram sobre o território não se resolvem em meia dúzia de anos".

"Temos de olhar o território como um activo diferenciador e potenciador dos valores naturais, que potencie igualmente a valorização económica e social, assente em políticas de ordenamento, de conservação da natureza, de adaptação às alterações climáticas e de habitação, que nos permitam viver bem nos limites do nosso planeta", concluiu.

Em seguida teve início o painel sobre a revitalização dos territórios atingidos pelos incêndios de 2017, que pretendeu num leque variado de conferencistas fazer um ponto de situação face ao ocorrido. Moderado pelo Secretário-geral da UGT, este painel contou com a apresentação de João Paulo Catarino, coordenador da unidade de missão de valorização do interior do território, que fez uma abordagem deste programa que pretende com a implementação de várias medidas, desde a segurança pública, ao ordenamento e gestão da floresta ou à dinamização económica, promover a revitalização da zona do Pinhal Interior.

Este painel teve como comentadores os autarcas, Jorge Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos e, Álvaro Amado, presidente da Câmara Municipal da Guarda, que nas suas intervenções destacaram a necessidade de investimento público e a aplicação de políticas públicas na dinamização destes territórios.

O último painel da tarde foi dedicado ao terceiro sector e às organizações de solidariedade social e teve como convidados, o Padre Victor Melícias e a Presidente da Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrogão Grande. Nádja Piazza. Num discurso enriquecedor, ambos os oradores deixaram claro a im-

portância das instituições de solidariedade nestas situações de drama social, mas também na sociedade, enquanto factor de coesão social.

A sessão de encerramento iniciou-se com as palavras de Lucinda Dâmaso que deixou uma palavra de solidariedade a todas as populações afetadas pelos incêndios e congratulou-se pelo facto de este ter sido um dia de reflexão sobre o papel da solidariedade e do também do papel solidário e responsável que a UGT desempenha na sociedade portuguesa.

Também o presidente do CES, convidado para encerrar este evento, disse que é preciso "puxar pela cabeça" e arranjar soluções que promovam o desenvolvimento económico do país. "Temos de pensar em medidas que sejam cooperantes e sair do marasmo. Temos que puxar pela cabeça e arranjar soluções que promovam o desenvolvimento económico do país", afirmou António Correia de Campos.

Correia de Campos disse que as parcerias com universidades e institutos politécnicos são essenciais para estas regiões e sublinhou a necessidade de se aprender com os erros do passado. "É preciso aprender com os maus exemplos e com aquilo que se passou", concluiu.

"É o resultado do investimento que tem sido feito, das novas dinâmicas empresariais e da melhor organização dos produtores, que está a trazer mais rendimento para as regiões do interior e, nesse sentido, temos de continuar a trabalhar para não olharmos para o interior como [região de] perda de empregos, diminuição da população e da actividade económica", frisou •

Veja a Fotogaleria em
<https://bit.ly/2NriJSi>





UGT ao lado da população de Oliveira do Hospital

texto Lúcia Macau

foto Renato Nunes

No dia que antecedeu o Secretariado Nacional em Oliveira do Hospital, a UGT promoveu um conjunto de encontros com o município e o call-center da Altice, auscultando os principais atores sociais e económicos da região.

No encontro com o Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, a delegação sindical, que integrou o presidente da UGT-Coimbra, levou ao executivo camarário as suas preocupações com os trabalhadores da administração local, bem como as preocupações relativamente à perda de centenas de postos de trabalho em várias empresas da região, afetadas

pelos incêndios de outubro de 2017.

O encontro com a representação sindical da UGT foi bem vista pelo Presidente da Câmara, que durante a reunião teve oportunidade de expor a situação de retoma económica da região após o flagelo dos incêndios e de se congratular pela postura assumida pela central sindical de sensibilidade social e de aproximação aos problemas das pessoas e das populações.

Durante a tarde, a comitiva sindical deslocou-se ao call-center da Altice e Randstad, que emprega cerca de uma centena trabalhadores em Oliveira do Hospital. Na reunião, o secretário-geral do SINDETELCO, José Arsénio, congratulou-se a instalação desta unidade no interior do país com a criação de postos de trabalho e fixação de populações. Neste encontro a UGT contactou com os trabalhadores e tomou conhecimento das suas condições de trabalho.

O dia terminou com a visita a empresas afetadas pelos incêndios, uma delas dedicada à produção de têxteis que perdeu 15 milhões de euros e que contava com 50 postos de trabalho.

Nesta empresa, o Secretário-geral da UGT falou com o empresário que lhe deu conhecimento da situação de discriminação que se sente vítima face aos apoios dados a empresas afectadas pelos fogos de outubro, em relação àquelas que sofreram danos no incêndio de Pedrogão Grande.

Perante esta situação, o Secretário-geral considerou que “não faz sentido tratar uma empresa que ardeu do lado de lá da serra, em junho, com participações do Estado de 85%, e esta neste território apenas com 70%”.

Para o líder da UGT, a diferença de comparticipação no apoio leva a que haja um “grau de desigualdade e discriminação que não faz sentido”, referindo que a central sindical irá “apelar ao Primeiro-Ministro para que haja uma resolução” desta situação. “Nós queremos que os trabalhadores desta empresa voltem ao seu posto de trabalho, e para voltarem aos seus postos de trabalho é preciso comprar máquinas. Apoiaremos os empresários que queiram criar emprego”.



Veja a Fotogaleria em
<https://bit.ly/2uNO5eh>





CORRIDA

UGT



PORTUGAL

07
ABRIL
2018

8 KM
CORRIDA
10H00

4 KM
CAMINHADA
10H05

PARQUE URBANO DO JAMOR

Partida e Chegada

Dia Mundial DA SAÚDE

Mais informações em WWW.XISTARCA.PT



PO ISE
PROGRAMA OPERACIONAL
INCLUSÃO SOCIAL
E EMPREGO



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

XISTARCA
EVENTOS DESPORTIVOS



À Concertação Social o que é da Concertação Social

texto Lúcia Macau

foto Renato Nunes

Numa resolução aprovada por unanimidade e aclamação, o Secretariado Nacional da UGT saudou a recente decisão tomada pela maioria parlamentar, no sentido de votar contra a discussão de um conjunto de diplomas referentes a matérias laborais, por entenderem que estas são matérias que, antes de mais e em primeira linha, devem ser objecto de discussão em sede de concertação social. Para a UGT é fundamental que devolva à concertação social o que é da concertação social.

O Secretariado Nacional da UGT reuniu-se no dia 21 de fevereiro, em Oliveira do Hospital, tendo aprovado uma resolução construída numa base de que o combate à precariedade e a

dinamização da negociação colectiva são matérias nucleares para a UGT e para a concertação social. No que diz respeito à negociação colectiva, a central sindical deixou claro que não deixará esquecer o compromisso de não denúncia de convenções, assumido no acordo tripartido de Janeiro de 2017.

No documento, aprovado por unanimidade e aclamação, a central sindical reafirmou que não aceitará que as discussões em trono das relações do trabalho continuem a passar por mais desregulação, mais austeridade e por um nivelamento por baixo dos direitos dos trabalhadores.

Assim saúda o Governo português, na pessoa do Primeiro-Ministro, por ter assumido que essa também não é a via que preconiza.

MAIS E MELHOR EUROPA

Na resolução, a UGT defende ainda mais e melhor Europa e a aposta na coesão e convergência. Para a central sindical, o projecto europeu é nos unes, assumindo-se como um projecto de progresso social e de solidariedade.

“A Europa terá de fazer escolhas e o caminho deverá ser o da construção de um espaço onde a dimensão social deve assumir um real protagonismo, em que a convergência e a coesão social e territorial sejam uma realidade em que os cidadãos se revejam.”, pode ler-se no documento.

A UGT entende que esse caminho deverá passar por um futuro Quadro Financeiro Plurianual que espelhe essas prioridades.

QUALIFICAÇÕES DOS TRABALHADORES

A qualificação dos trabalhadores, as políticas activas de emprego ou o papel dos Centros de Formação Protocolares são matérias que a UGT faz questão de trazer para o debate imediato nos trabalhos da concertação social, bem como dar continuidade a discussões já iniciadas, como é o caso do regime das reformas antecipadas.

A UGT lembrou que o passado, em tempos difíceis, provou a capacidade de a concertação social obter importantes compromissos para os trabalhadores, para os empregadores e para o País, garantindo as soluções mais adequadas, mais equilibradas que promoveram o clima de paz e coesão sociais.

A resolução qual deve ser o caminho do futuro nesta matéria “o capital e o trabalho não têm necessariamente de ser inimigos entre si. Os seus intérpretes devem antes procurar concertar posições que permitam uma convivência saudável, onde as divergências sejam catalizadas na busca de soluções de compromisso, por via do diálogo social”.

UGT NÃO ESQUECE! SINDICALISMO É SOLIDARIEDADE

Dando seguimento ao mote “UGT NÃO ESQUECE”, a central sindical agendou, no quadro das comemorações do seu 40º Aniversário, um conjunto de iniciativas e reuniões descentralizadas dos seus Órgãos, um pouco por todo o País, nomeadamente nas regiões afectadas pelos graves incêndios de 2017.

Desta vez Oliveira do Hospital foi a localidade escolhida pela UGT para alertar para os problemas aí subsistentes, mas também para promover o debate, a sensibilização e a acção



face às desigualdades e assimetrias territoriais do nosso País, que muito afectam os territórios de baixa densidade. No caso concreto de Oliveira do Hospital, a UGT lembra que este concelho continua a sofrer uma grave discriminação nas acessibilidades, pela incapacidade até agora demonstrada por sucessivos governos na conclusão do IC6 e na ligação de Oliveira do Hospital à A25, factores fundamentais na captação do necessário investimento, de riqueza e criação de postos de trabalho e fixação de pessoas e famílias nestes territórios.

A UGT enquanto parceiro social tem tentado influenciar em sede de concertação social, a construção de políticas e soluções no quadro da resposta imediata às populações e na resolução dos défices estruturais existentes, com respostas integradas em matérias de emprego, fiscalidade, ordenamento do território e revalorização dos serviços públicos.

Face ao acolhimento extremamente positivo que estas iniciativas têm tido pelos responsáveis locais, dos trabalhadores e das populações dos territórios por onde a UGT tem passado, reforça a vontade da central sindical em prosseguir este trabalho de proximidade e de alerta para a centra-

lidade, a necessidade e a urgência da construção de um Portugal territorial e socialmente mais coeso e justo.

A UGT termina a sua resolução lamentando a ausência de resposta por parte de alguns ministérios, que se recusam ao diálogo com as organizações filiadas na UGT, nomeadamente no sector da Educação. No final da reunião do Secretariado Nacional, a UGT fez seguir um pedido de audiência ao Primeiro-Ministro, com carácter de urgência, para lhe expor de viva voz os problemas existentes no sector da Educação •

Leia a Resolução da UGT em

<https://bit.ly/2uclC1d>



ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A ECONOMIA DELAS É DIFERENTE DA DELES

texto Inês F. Neto (SBSI)

A diferença de género influencia a economia: homens e mulheres economistas têm pontos de vista diferentes sobre preceitos e métodos fundamentais, mas também sobre as políticas, da austeridade à regulamentação das transações financeiras de alto risco. A conclusão baseia-se num inquérito realizado a profissionais de vários países da União Europeia.

A economia tem género, pelo menos na Europa. Esta é a conclusão do estudo “Género e políticas económicas europeias: análise das opiniões dos economistas europeus sobre política económica contemporânea”, publicado em janeiro. Trata-se da primeira análise sistemática sobre diferenças de opinião entre os economistas europeus, homens e mulheres.

Os autores, as investigadoras da Universidade norte-americana de Nebraska-Lincoln Ann Mari May e Mary G. McGravey, e o especialista da Organização Internacional do Trabalho (OIT), David Kucera, entrevistaram economistas de universidades de 18 países da União Europeia.

A investigação conclui que na Europa há grandes divergências entre homens e mulheres economistas. Ou seja, eles e elas têm opiniões divergentes sobre um grande número de temas, como políticas de austeridade, regulamentação das transações financeiras de alto risco, energias renováveis, faturação hidráulica, perfurações no Ártico ou o cultivo de alimentos geneticamente modificados.

“Estes resultados são importantes, porque demonstram a relevância de incluir as mulheres e os homens quando se debatem e se elaboram políticas económi-

cas”, explicou David Kucera, da OIT.

O estudo constatou que na União Europeia, as mulheres economistas são menos susceptíveis de favorecer as soluções de mercado às intervenções estatais que os seus homólogos masculinos e mais propensas a privilegiar as políticas de protecção do meio ambiente.

Por exemplo, é mais provável que as mulheres economistas se oponham à ideia segundo a qual uma maior protecção do emprego traduz-se em menos crescimento económico, e são mais favoráveis a que a União Europeia continue a proibir o plantio de culturas geneticamente modificadas.

A investigação conclui ainda que, em média, as mulheres economistas da União Europeia estão mais inclinadas a crer que os homens têm mais oportunidades do que as mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior.

No entanto, as maiores divergências de opinião nestas questões concernem à igualdade de oportunidades para as mulheres no mundo académico.

Os economistas homens entrevistados estavam mais inclinados a considerar que as mulheres e homens têm igualdade de oportunidades, enquanto as suas congéneres estimavam com maior frequência que as oportunidades favoreciam os homens.

O estudo europeu formulou as mesmas perguntas que um estudo anterior, da autoria dos mesmos investigadores, mas dirigido a economistas dos Estados Unidos.

E embora tenham sido observadas semelhanças entre as conclusões dos dois estudos, também se encontram diferenças.

Nos Estados Unidos, os economistas homens e mulheres estão mais de acordo no que se refere a privilegiar as soluções de mercado ao invés da intervenção do Estado.

Os estudos na União Europeia e nos Estados Unidos coincidem numa conclusão: existem grandes diferenças nas percepções relativas às oportunidades profissionais para homens e mulheres, seja no ensino superior e/ou no mercado de trabalho em geral.

Tanto na União Europeia como nos Estados Unidos, os economistas homens responderam que as oportunidades eram relativamente as mesmas para homens e mulheres, enquanto as economistas mulheres consideravam o oposto.

Estes resultados proporcionam informação importante sobre o potencial impacto das mudanças demográficas entre os profissionais da área económica.

À medida que um maior número de mulheres entre no campo das ciências económicas, elas trarão pontos de vista diferentes sobre a política económica e ampliarão o alcance de possíveis resultados.

“A mudança demográfica nas ciências económicas incrementará a presença das mulheres neste âmbito. A nossa investigação sugere que, como resultado, também mudará a política económica”, afirmou Ann Mari May, a principal autora do estudo •

IGUALDADE DE GÉNERO

ASSÉDIO NO TRABALHO QUE ENQUADRAMENTO JURÍDICO?

texto Soraia Duarte foto D.R.



A Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto de 2017, que entrou em vigor no próximo dia 1 de Outubro, veio reforçar o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio no trabalho, tanto no sector privado como na Administração Pública, através de alterações respectivamente ao Código do Trabalho e à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Recorde-se que, nos termos do artigo 29º do Código do Trabalho, se entende por assédio “o comportamento indesejado, nomeadamente baseado em fator de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador”. Se o comportamento indesejado tiver carácter sexual entra-se na subespécie do assédio sexual.

Ao nível do Código do Trabalho as principais alterações são as seguintes: Previsão expressa do direito a uma indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais, sempre que se verifique uma situação de assédio, cuja prática continua a constituir uma contra ordenação muito grave, e de um regime específico de proteção para o denunciante e as testemunhas em procedimentos relacionados com situações de assédio (nova redação de diversos n.ºs do art. 29º). Obrigatoriedade de adopção de um código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, sempre que a empresa tenha sete ou mais trabalhadores (nova alínea do n.º1, do art. 127º). Recorde-se que esta campanha que tem como objectivo

Obrigatoriedade de instauração de procedimento disciplinar sempre que o empregador tenha conhecimento de alegadas situações de assédio no trabalho (nova alínea do n.º1, do art. 127º). Presume-se abusivo o despedimento ou outra sanção aplicada alegadamente para punir uma infração, até um ano após a denúncia ou outra forma de exercício de direitos rel

ativos a igualdade, não discriminação e assédio (nova redação da alínea b) do n.º2, do art. 331º). da Segurança e da Saúde no Trabalho por parte dos empregadores.

Para além destas alterações, está ainda prevista a responsabilidade do empregador pela reparação dos danos emergentes de doenças profissionais resultantes da prática de assédio (art. 283º do CT), em termos que carecem de regulamentação própria, bem como a disponibilização pela Autoridade para as Condições do Trabalho de endereços electrónicos próprios para recepção de queixas de assédio em contexto laboral.

Gostaríamos de salientar que, em virtude da entrada em vigor deste diploma no dia 1 de Outubro, as empresas com mais de sete trabalhadores que ainda não disponham de um código de boa conduta que abranja a prevenção e combate ao assédio, terão que o fazer sob pena de ficarem sujeitas a uma contraordenação grave (nova redação alínea do n.º7, do art. 127º do CT). •

FEBASE PROMOVE CONCENTRAÇÃO CONTRA SITUAÇÃO LABORAL NA CGD

texto FEBASE foto FEBASE

O clima de degradação, intimidação, de perda de direitos e de atropelos ao Acordo de Empresa que ocorrem na Caixa Geral de Depósitos (CGD) levou a que a FEBASE promovesse uma concentração no dia 3 de Fevereiro, em Santa Maria da Feira, à porta das instalações do Europarque, onde decorria uma iniciativa designada "Encontro da Caixa fora da Caixa", organizada pela administração daquela instituição bancária.

Durante a concentração, o Secretário-geral da FEBASE, Mário Mourão, obteve da parte do presidente da CGD, Paulo Macedo, a promessa do agendamento de uma reunião para abordar as questões que levariam à convocação da manifestação, caso o pedido de audiência lhe fosse solicitado na semana seguinte.

Aos sindicatos da FEBASE imia chegando, entretanto, notícias de que algumas hierarquias estavam a pressionar os trabalhadores, de forma ilegal a participar no encontro. Assim, a FEBASE enviou uma carta ao presidente do Conselho de Administração denunciando que se estavam a intensificar inesperados contactos de hierarquias, a interpelar e a exigir aos trabalhadores a justificação da não comparência, acompanhadas, em certos casos, de ameaças ou de con-

sequências futuras.

Tais atitudes, que causaram estranheza e indignação, eram incompreensíveis e geraram confusões que deveriam ser objecto de esclarecimento imediato: "Importa saber-se antecipadamente se o tempo gasto com a participação no Encontro é ou não tempo de trabalho e, por isso, retribuído como trabalho suplementar em dia de descanso. Com efeito, só nesta hipótese se poderá entender a justificação, já que só se justificam faltas ao trabalho a que o trabalhador é obrigado".

A FEBASE alertava ainda que aqueles comportamentos de pressão e de ameaças estavam a ser acompanhados de referências intimidatórias contra aqueles que não justificassem a intenção de não comparência e que participassem na manifestação.

Violação de Direitos Sindicais

Com efeito, aquela tentativa de impedir ou de dificultar o exercício de direitos sindicais constituía uma condenável violação dos direitos individuais e colectivos previstos na lei e na convenção colectiva.

O referido atropelo mereceu o veemente repúdio da FEBASE e justificava que Paulo Macedo esclare-



cesse também se a Comissão Executiva da CGD tinha conhecimento daquelas violações de direitos e se iria agir em conformidade tomando uma posição imediata para condená-las e para impedir que se repetissem.

Em resposta, o director central da CGD, Jorge Duro, escreveu que se tratava de "um convite que os trabalhadores podem aceitar ou recusar; aliás, diversos colaboradores não comparecerão, por várias razões, e sem necessidade ou obrigação de qualquer justificação". Jorge Duro acrescentou ainda que "o evento tem um carácter facultativo, assumindo a Caixa os custos de deslocação, não tendo sentido colocar-se qualquer questão relacionada com trabalho suplementar ou outro".

E mais referia não se tratar também de uma acção de formação e que, "relativamente a eventuais ameaças sobre colaboradores, as mesmas não serão toleradas, mas procuraremos verificar alguma situação pontual e, obviamente, esclareceremos devidamente os intervenientes".

Sem prejuízo

Dando o assunto por terminado, a FEBASE registou com apreço o respeito pela brevidade solicitada na resposta, sublinhando o facto de a mesma clarificar, sem qualquer equívoco, o carácter facultativo da participação na reunião: "Para que assim seja, não poderão resultar quaisquer consequências desvantajosas para os não participantes, seja a nível de carrei-



-ra profissional, seja a nível de promoções, seja a nível de compensações ou de regalias de qualquer natureza”.

As razões do protesto

O plano de reestruturação que a Administração da CGD está a levar a cabo tem vindo a provocar numerosas situações gravosas para os seus trabalhadores e para os utentes, de que elenca algumas:

- Incumprimento do Acordo de Empresa;
- Encerramento discricionário de agências;
- Esvaziamento de instalações, com o intuito de as alienar, em benefício da concorrência;
- Tratamento dos trabalhadores como meras peças descartáveis, que vivem a incertza do seu destino;

- Degradação e descaracterização da imagem da instituição, como introdução de carrinhas transformadas em agências ambulantes;
- Ameaças e intimidações pressionando a consecução de objectivos, numa prática continuada de assédio.

Estes comportamentos afectam

profundamente a estabilidade social e familiar dos trabalhadores – o maior capital da instituição –, que lutam por um trabalho com dignidade, pelo cumprimento do Acordo de Empresa, pelo diálogo com a administração e pela defesa de uma CGD pública, que está a ser esvaziada da confiança que os portugueses nela depositaram •



Ciclo de Conferências UGT/FNE

Motivação e estabilidade para a promoção e sucesso da escola

textos FNE fotos FNE

A sala multiusos do Hotel Mónaco, em Faro, recebeu a segunda Conferência do Ciclo de Conferências 2018, que a FNE organiza em conjunto com a UGT, CEFOSAP, ISCTE-IUL, CBS e a UFP, que se vai estender ao Funchal, Évora, Coimbra, Braga, Viseu, Bragança e Lisboa.

Os conferencistas convidados para o evento algarvio que tratou do tema "Educação e Formação para um desenvolvimento sem desigualdades" foram Francisco Marques, Delegado Regional da Educação do Algarve - DSRAL/DGESTE, e Saúl Neves de Jesus, da Universidade do Algarve.

O Secretário-Geral da Federação Nacional da Educação, João Dias da Silva, deu as boas-vindas a uma sala cheia e no seu discurso deixou o alerta para a importância e responsabilidade que acarreta reconhecer o valor dos educadores e docentes, tema que, em sua opinião, é necessário discutir, sendo

também esse um dos papéis principais deste ciclo de Conferências.

Em seguida a palavra ficou entregue a Josefa Lopes, Presidente do SDPSul, que começou por congratular a FNE pela decisão de incluir o Algarve no roteiro das Conferências. Depois apontou que persistem as desigualdades em Portugal, apesar dos esforços que têm sido feitos e que é necessário existir vontade política porque fora do litoral continuam a existir grandes penalizações em relação às grandes cidades, dando em seguida o exemplo da forma como se gere os cursos profissionais no interior, onde o número mínimo de alunos (25) dificilmente é atingido, o que leva a que muitos cursos não aconteçam, deixando interessados sem essa possibilidade. Segundo Josefa Lopes "devia existir uma discriminação positiva para esbater diferenças na educação do país".

Depois, Madalena Feu, Delegada Regional do IEFP, descreveu o problema da desigualdade como "tendo barbas brancas", referindo que estas

jornadas de debate descentralizadas são um ótimo sinal, pois cada região tem as suas especificidades e problemas, o que permite uma identificação mais localizada dos problemas e das possíveis soluções. Madalena Feu defendeu ainda que ninguém quer uma sociedade desigual e pouco inclusiva e que a educação deve ser espelho disso. É uma questão de justiça isso acontecer, considerando ser esta uma boa altura para o debate do tema, pois falando especificamente da zona algarvia há neste momento sensibilidade e mais abertura para apresentação de ideias sobre esta matéria.

Para a Delegada Regional do IEFP "combater a desigualdade não passa só por educar pessoas e qualificá-las. É necessário que os empregadores reconheçam as capacidades de quem procura emprego", acrescentando ainda que "é necessário identificar as políticas sociais que precisamos e mudar mentalidades". A fechar disse "que é necessária uma intervenção multisetorial, uma estreita colaboração entre entidades,

perceber os potenciais de cada região, privilegiar um melhor emprego e criar uma estratégia de qualificação.

Coube a Carlos Silva, SG da UGT, fechar a sessão de abertura, começando por salientar o facto de a sala ter uma maioria feminina, algo que por aí já contribui para a eliminação de desigualdades. Em seguida relembrou que "antes do 25 de Abril, o Professor era uma figura carismática no país e agora tem-se desvalorizado esse emprego com o objetivo de quanto menos ganharem, melhor. É necessário valorizar as profissões com papéis importantes, sem constrangimentos orçamentais e ir à luta". O SG da UGT chamou ainda a atenção para o tema das escolas no interior: "É necessário combater o fecho de escolas no interior. Como querem fixar populações fechando escolas? Encerrar escolas é matar uma comunidade. O Estado opta por fechar um estabelecimento de ensino para não pagar a um professor para ir dar aulas. Desta forma quem é que quer viver no interior?".

Carlos Silva defendeu ainda a necessidade de ser criada uma política integrada na educação, mas que é necessária vontade política, deixando o aviso de que é preciso "valorizar quem trabalha na educação. Os sindicatos fazem bons trabalhos. E o Governo? Um professor é alguém fundamental para consolidar o futuro", dizendo a fechar que a UGT está pronta para lutar com a FNE na mesa das negociações e, se for necessário, sair à rua.

O primeiro painel contou com a presença dos oradores, Francisco Soares, Director do Agrupamento de Escolas Pinheiro Rosa, de Rui Manuel Carvalho, do SDPSul/FNE, de José Rolo, vice-presidente da Câmara Municipal de Albufeira e David Costa, formador/EDUCOM.

Saúl Neves de Jesus, da Universidade do Algarve, foi o segundo conferencista convidado e dedicou a sua intervenção à forma como a motivação contribui para a qualidade do ensino e quais os contributos que se podem dar para evitar a desmotivação.

Em seguida o painel de comentadores teve como convidados Jorge

Guerreiro, professor/formador de Educação Especial; Raúl Filipe Guerreiro, professor na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo e José Paulo Dias, coordenador distrital/SDPSul.

A sessão de encerramento iniciou-se com as palavras de Daniel Santana, Presidente da UGT-Algarve, que começou por referir a sua experiência profissional na Educação Especial, em 1998, onde se verificaram os primeiros passos nesta área da educação inclusiva, salientando a necessidade de dar formação a professores e principalmente ensinar os colegas a aceitar a diferença. Foi preciso criar um caminho onde o grande ganho foi fazer com que os outros soubessem lidar com a diferença. "Acredito que a escola hoje é menos



desigual e que realmente é necessário procurar novas formas de motivação. Os professores vão aprendendo por si próprios e adaptando aos alunos e ao ritmo destes. No fundo os professores não se podem esquecer que são facilitadores de aprendizagem", finalizou.

Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente da UGT e Vice-SG da FNE, começou por saudar esta iniciativa, pois a sociedade só poderá ser mais justa se esbater desigualdades e se apostar na formação tendo em conta o que as empresas precisam e as necessidades a nível regional. "É preciso uma educação sem desigualdades, mas o mundo do trabalho tem que colaborar também para essa sociedade mais justa, reduzindo o número de contratos precários e a curto-prazo.

É também necessário dotar escolas e centros de formação em vez de perder dinheiro com retenções, apostando, por exemplo, em equipas disciplinares de apoio aos professores", referindo que a própria UGT e FNE querem con-

tribuir para este mesmo objetivo.

Por fim, Rogério Bacalhau, presidente da Câmara Municipal de Faro (CMF), finalizou a conferência defendendo a ideia de que as autarquias podem ajudar mais as escolas do que o Estado, deixando as seguintes notas: "A instabilidade do sistema é uma coisa que me aflige. É incompreensível que todos os anos se mudem as regras na forma como as escolas se devem organizar. A estabilidade e autonomia das escolas deveria de ser algo que já não deveríamos de discutir. Estamos a tratar destes assuntos há 20 ou 30 anos e já era tempo de o país ter um sistema mais estável onde aquilo que estivéssemos a discutir permanentemente fosse o sucesso dos alunos", disse o Presidente da CMF.

A finalizar referiu: "ouvi aqui uma expressão que nem uso que é a 'defesa dos professores'. Os professores não precisam de defesa, precisam é de trabalhar com todos para a promoção e o sucesso dos alunos. E eu tenho muito orgulho em ser Presidente da Câmara, mas tenho mais em ser professor e emocionou-me muito ao encontrar ex-alunos que nos deram muito trabalho e que hoje estão empregados seja num café seja numa empresa e que ao olharmos para eles sentimos que está ali um bocadinho nosso. Isto é para mim um dos aspetos mais gratificantes da nossa profissão", afirmou a fechar a conferência •

Veja o excerto da 1ª iniciativa do Ciclo de Conferências UGT/FNE em <http://bit.ly/2CvImw8Genturiat>



Greve com números que servem de aviso ao Governo

texto FNE

A greve dos professores portugueses, nos dias 13, 14, 15 e 16 de Março, com índices de adesão superiores a 75%, constitui um sinal que o Governo não pode ignorar sobre a insatisfação que domina estes profissionais, a quem está a ser negada a valorização do tempo de trabalho que prestaram, para além de estarem a ver que a sua carreira é posta em causa, anulando as expectativas de acesso ao topo para muitos milhares deles.

A greve foi convocada, porque se verificou claramente que o Governo está até agora inteiramente insensível à justa recuperação de todo o tempo de trabalho de serviço congelado. Mas se esta é a razão dominante para o descontentamento, outras há que, em acumulação com aquela, tornaram inevitável a convocação da greve e a forte adesão que teve.

É que esta greve visou chamar a atenção para a justiça do reconhecimento do direito ao descongelamento da carreira docente, a partir de 1 de janeiro de 2018, mas serviu também para dar expressão a outras preocupações, nomeadamente:

- O reconhecimento do direito à concretização dos compromissos assumidos entre o Governo e a FNE no dia 18 de novembro de 2017, no-

meadamente em relação à recuperação de todo o tempo de serviço congelado;

- O reconhecimento do direito de reposicionamento em carreira dos docentes indevidamente retidos no índice 167, com a contabilização geral de todo o tempo de serviço prestado antes da entrada em carreira;

- A definição de orientações, a terem efeito no próximo ano lectivo que integrem na componente lectiva todas as actividades que os docentes realizam com alunos;

- A determinação de condições específicas de aposentação para docentes;

- O respeito pelos limites do tempo de trabalho;

- O rejuvenescimento do corpo docente.

É que, tendo sido assumido um compromisso entre a FNE e o Governo, em 18 de novembro de 2017, sobre o estabelecimento de processos negociais que se centravam naqueles aspectos, o que se verificou é que se assistiu a um sistemático adiamento por parte do Ministério da Educação em relação à apresentação de propostas concretas que procurassem atingir objectivos definidos no compromisso e que o respeitassem na sua letra e no seu espírito.


Embora se tenha realizado várias reuniões, o que se verificou,

volvidos mais três meses sobre a assinatura do compromisso, foi que os documentos e propostas do Governo não se orientaram no sentido de que se alterassem as condições que provocam a forte insatisfação entre os docentes portugueses.

Esta greve realizou-se entre as zero horas do dia 13 de março de 2018 e as 24 horas do dia 16 de março de 2018; houve docentes que fizeram greve em todos os dias e houve outros que cumpriram a distribuição geográfica determinada pela convocatória da greve.

Em jeito de balanço final, o Secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, em declarações aos jornalistas sublinhou que um dos lados positivos desta greve foi o de mostrar à sociedade portuguesa o impacto na vida dos professores da não recuperação de todo o tempo de serviço congelado. E reforçou ainda que é necessário que o Governo perceba que a tônica principal se mantém na negociação, lembrando que já era altura de existirem mais resultados positivos destas reuniões •

Leia mais na edição e Março do Jornal Online da FNE: <https://bit.ly/2LRcGWr>



José Abraão reeleito Secretário-geral do SINTAP

texto Nuno Correia foto D.R

José Abraão foi reeleito líder do SINTAP, este domingo, 25 de março, no culminar de um Congresso que deixou claro que a negociação poderá não ser o único caminho a seguir para alcançar uma das principais reivindicações do Sindicato, que os trabalhadores da Administração Pública tenham aumentos salariais em 2019.

Os congressistas aprovaram por esmagadora maioria os novos órgãos do Sindicato e um programa de ação que, não obstante enfatizar a predisposição para a negociação enquanto parte da “genética” do SINTAP e reconhecer o caminho que já foi feito no sentido da reposição de direitos – caminho este que foi trilhado muito à custa do seu esforço negocial -, considera que é essencial virar verdadeiramente a página da austeridade, prosseguindo políticas que finalmente invertam a linha de perda de poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública que dura há quase uma década.

No seu discurso de encerramento, José Abraão disse que o orçamento do Estado para 2019 terá inevitavelmente de contemplar aumentos salariais para a Administração Pública e proporá a negociação de um acordo plurianual que inclua matérias de incidência pecuniária, à semelhança do que foi alcançado recentemente em Espanha.

José Abraão disse que a ausência de resposta positiva a esta reivindicação aumentará a conflitualidade e conduzirá os trabalhadores da Administração Pública para a adoção de formas de luta mais duras que poderão passar por greves setoriais ou mesmo pela Greve Geral, afirmando a abertura do SINTAP para que essas eventuais greves se possam fazer em unidade na ação com outras organizações sindicais.



Dignificar os Trabalhadores e os Serviços Públicos

Para além da questão salarial, o SINTAP pugnará pelo cumprimento do lema do XI Congresso através da resolução de algumas questões de grande importância para os trabalhadores da Administração Pública, como sejam a revisão de carreiras, a revisão do SIADAP, a preservação da ADSE como um subsistema público e solidário, o combate às injustiças entre trabalhadores com vínculos laborais diferentes mas coexistentes na Administração Pública, a negociação de acordos coletivos de maior abrangência, não apenas na Administração Central e na Administração Local, mas também nas entidades do terceiro setor, como IPSS e misericórdias, nos Hospitais EPE e no setor empresarial público, a proteção em caso de acidente de trabalho ou doença profissional, entre outras matérias que constam no documento aprovado.

Crescimento e Credibilidade

Num Congresso em que Francisco Pimentel foi também ele reeleito como Presidente do SINTAP, foram inúmeras as intervenções de delegados que tiveram como ponto comum o reconhecimento de que o trabalho sindical efetuado nos últimos quatro anos

caracterizou-se pelo crescimento do Sindicato em todos os setores da sua área de intervenção, incluindo o terceiro setor, e pela imagem de credibilidade que alcançou junto dos trabalhadores, dos parceiros negociais, da comunicação social e da opinião pública.

Essa credibilidade traduziu-se também no facto de aceite o convite do SINTAP para intervirem na sua reunião magna a Secretária de Estado da Administração Pública e do Emprego Público, Maria de Fátima Fonseca e a Vice-presidente da Federação Sindical Europeia dos Serviços Públicos (FSESP), Françoise Geng, ambas na sessão de abertura, bem como do Secretário de Estado do Emprego, Miguel Cabrita, que interveio na sessão de encerramento, logo após Carlos Silva, Secretário-geral da UGT, que manifestou o apoio da Central Sindical à luta dos trabalhadores da Administração Pública.

Isto para citar apenas alguns dos convidados nacionais e internacionais que não quiseram deixar de marcar presença num Congresso que deixou patente a vitalidade que se vive no seio do SINTAP •



FESAP e Governo assinam protocolo negociado para 2018

texto FESAP

A FESAP e o Governo assinaram no dia 14 de fevereiro, em Lisboa, um protocolo para a negociação coletiva na Administração Pública em 2018, dando assim corpo ao crescente desenvolvimento e reforço do diálogo social e contribuindo deste modo para a valorização do emprego no setor.

Assim, as partes assumem o compromisso de serem negociadas ao longo de 2018, as seguintes matérias:

- Vínculos, carreiras e remunerações, incluindo suplementos remuneratórios;

- Saúde ocupacional, incluindo

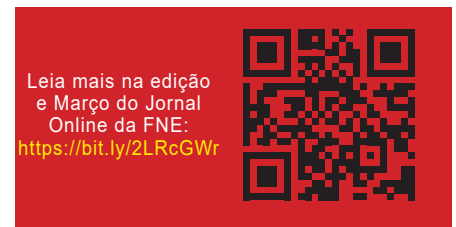
os regime de acidentes de trabalho e doenças profissionais;

- Instrumentos de gestão, incluindo o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP) e os regimes de mobilidade, tanto intercarreiras como entre órgãos e serviços;

- A política de admissões na Administração Pública e a formação profissional, nomeadamente o planeamento de efetivos, incluindo as carreiras contributivas longas;

- A proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019 na área da Administração Pública, incluindo a proposta da FESAP para aumentos salariais em 2019.

O documento hoje assinado reveste-se de grande importância, uma vez que baliza no tempo a negociação das matérias que neste momento mais preocupam os trabalhadores da Administração Pública, estando a FESAP firmemente empenhada em prosseguir o caminho da retoma da confiança e da afirmação da contratação coletiva como elemento chave e imprescindível das relações laborais entre os Estado e os seus trabalhadores •



UGT na luta dos trabalhadores da Infraestruturas de Portugal

texto FESAP foto UGT

O Secretário-geral da UGT, juntamente com vários dirigentes sindicais, entre os quais o Secretário-geral do SINTAP, José Abraão, estiveram presentes no dia 22 de Março, junto dos trabalhadores da Infraestruturas de Portugal (IP), numa concentração frente ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas.

Esta concentração foi a consequência da ausência de resposta do Governo ao pedido de reunião feito pelos sindicatos, onde se pretendia encontrar uma solução para o processo negociado em curso, visando uma atualização salarial, uma vez que os



salários são os mesmos desde 2009.

As organizações sindicais esperam encontrar uma solução negociada com a administração que leve à valorização intercalar dos salários e evite o actual conflito ou a realização da greve agenda-

da para o próximo dia 02 de Abril.

Recorde-se que a IP é uma empresa pública que resultou da fusão entre a Rede Ferroviária Nacional – REFER e a EP – Estradas de Portugal •

Greve - SINDEL ao lado dos trabalhadores das lojas EDP

texto UGT foto SINDEL

O SINDEL uniu a sua voz à luta dos trabalhadores das lojas EDP, no dia em que se cumpriu um dia de greve nacional pela melhoria das condições de trabalho e por actualizações salariais. Esta paralisação teve uma grande adesão por parte dos trabalhadores, com apenas duas lojas abertas ao público a nível nacional.

NO SINDEL, o sindicato mais representativo dos trabalhadores da EDP, lamenta que o Grupo EDP não tenha uma postura de respeito pelos direitos dos trabalhadores que lhes prestam um serviço e que são o seu rosto perante os clientes.

Esta greve foi marcada porque os trabalhadores das lojas da EDP exercem a sua actividade em condições precárias, são contratados por empresas de outsourcing que exercem pressões aos mais variados níveis.

A tudo isto acresce o facto de a EDP não estar a cumprir o que há mais de um ano foi iniciado por pressão do SINDEL, mas que não teve continuidade e que se prende com a melhoria das condições de trabalhos destes trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito à segurança •



Leia o comunicado do SINDEL no link abaixo:
<https://bit.ly/2yahy70>



UGT junta a voz à luta dos trabalhadores dos CTT

textos UGT foto UGT



Os dirigentes da UGT juntaram-se, solidariamente ao SINDETELECO, Comissão de Trabalhadores e restantes organizações sindicais representativas dos trabalhadores dos CTT, na

manifestação nacional que juntou no dia 23 de fevereiro, 3500 pessoas em Lisboa.

Em dia de Greve Geral, os trabalhadores contaram com o forte apoio das populações e das autarquias contra uma política da administração dos CTT que, não só coloca em causa centenas de postos de

trabalho, com o encerramento de estações e postos dos CTT, como afasta o serviço público universal postal das empresas e das populações, principalmente as do interior de Portugal.

No final da manifestação que levou centenas de pessoas do Marquês do Pombal até à residência oficial do Primeiro-Ministro, as estruturas representativas dos trabalhadores entregaram um documento onde exigiram a reversão da privatização da empresa •

Aceda à Fotogaleria em:
<https://bit.ly/2MqT3p2>



UGT NO TERRENO

A AJUDA NÃO PODE ESPERAR!

UNIÕES DA UGT AO LADO DAS POPULAÇÕES



Congressos Uniões

textos Inês Possante fotos Uniões



Nataniel Araújo é o novo presidente da UGT-Vila Real

A UGT-Vila Real realizou este sábado (24 de fevereiro) a sua reunião magna, onde foram eleitos os novos órgãos sociais para o mandato 2018-2022.

Neste III Congresso da UGT-Vila Real, os delegados presentes depositaram a sua confiança em Nataniel Araújo (SBN) para liderar os destinos desta organização sindical.

O Congresso da UGT Aveiro contou ainda com a presença do Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, da Presidente, Lucinda Dâmaso, bem como de vários membros do Secretariado Executivo da UGT, que com a sua presença demonstraram a confiança e os bons resultados que o projeto das Uniões têm trazido para o movimento sindical e para os trabalhadores portugueses •

João Colaço Canadas eleito Presidente da UGT-Santarém

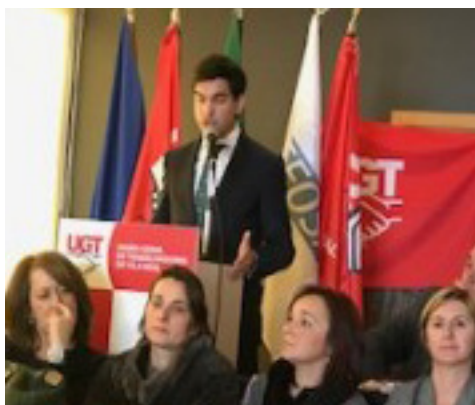
Foi sob o lema "Dignificar o Trabalho", que a UGT-Santarém realizou o seu III Congresso no dia 24 de Março de 2018, que contou com a presença do Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, do Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Dr. Ricardo Gonçalves, e da Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Dr^a Isaura Morais, entre outros convidados da área político-sindical •



UGT-Aveiro elege Margarida Alves como Presidente

Decorreu no dia 27 de Janeiro de 2018 o III Congresso da UGT Aveiro.

Num claro sinal de convergência e de continuidade do trabalho que tem vindo a ser feito por esta união distrital da UGT, o III Congresso da UGT Aveiro elegeu Margarida Alves, do SBN (Sindicato dos Bancários do Norte) como a primeira mulher a liderar esta organização.



Veja as Fotos dos Congressos das Uniões em:
<https://bit.ly/2LNaA9Y>



Conheça as Uniões da UGT em:
<https://bit.ly/214Ez1W>





AGENDA Abril

3	Audição sobre Iniciativas Legislativas sobre Parentalidade
7	Corrida e Caminhada UGt - Dia Mundial da Saúde
7	III Congresso UGT-Castelo Branco
21	Ciclo de Conferências UGT/FNE (3ª Conferência) - Évora
27	SeSecretariado Nacional - Tondela
28	Conferência sobre Igualdade de Género - Vila Real
30	Seminário "O Mercado de Trabalho no Interior do País" - Figueiró dos Vinhos

CAMPANHA SOBRE SST
DIRIGIDA AOS TRABALHADORES DO SETOR DA EDUCAÇÃO

SUMÁRIO:
**Segurança e Saúde
 no Trabalho**

Logos: UGT, PO ISE (Programa Operacional Inovação, Tecnologia e Emprego), PORTUGAL 2020, UNIÃO EUROPEIA (Fundo Social Europeu)

28 de abril
 Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho

Logos: UGT, Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

GERAÇÃO SEGURA E SAUDÁVEL

1.º de MAIO

FESTA DOS TRABALHADORES

FIGUEIRÓ DOS VINHOS Jardim Municipal

- 12h00** Abertura da exposição "Era uma vez o 1.º de Maio" - FNE
- 14h00 - 14h30** Filarmónica Figueiroense
- 14h15** Desfile do 1.º de Maio
Mercado municipal até jardim municipal, com todos os sindicatos filiados e outros convidados.
- 14h30 - 15h00** Orquestra Consequência
- 15h30** Intervenções Político-Sindiciais
Jorge Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
Jack Oliveira, Presidente do LIUNA 183 - Toronto (Canadá)
Joel Filipe - Presidente do CCWU - Toronto (Canadá)
Lucinda Dâmaso, Presidente da UGT
Carlos Silva, Secretário Geral da UGT
- 16h00** Toy
- 17h30 - 17h50** Rancho Folclórico de Silvares
- 17h50 - 18h10** Atuação Musical - Escola Profissional Associação Agostinho Roseta
- 18h10 - 18h30** Concertinas da Lousã
- 18h30 - 19h00** Alegres de Castanheira de Pera



18h00

Arraial Beirão

Petiscos (oferecido pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos)

Durante o evento decorrerão espetáculos de animação de rua com os Gaiteiros e Caretos de Ousilhão, Bombos e a Fanfara dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos.

